



Apresentação: 20/03/2024 19:35:16.387 - PLEN  
EMP 21 => PL 15/2024

EMP n.21

(Do Poder Executivo)

Institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.

## EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Suprima-se o Art. 32 do substitutivo apresentado ao presente projeto de lei, que tem a redação descrita abaixo, renumerando os demais.

“Art. 32. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 21. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência a unidade preparadora declarará a revelia, hipótese em que o crédito tributário será considerado definitivamente constituído, e o processo permanecerá no órgão preparador pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para cobrança amigável, inclusive na forma do art. 10-A da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020. ....” (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A parte final, que remete para o Art. 10-A da Lei nº 13.988 de 14 de abril de 2020, passa a admitir que depois de encerrado o contencioso na Receita Federal do Brasil, o crédito possa ser transacionado, entretanto,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**  
**Vice-Líder do REPUBLICANOS**

podemos observar violação ao Código Tributário Nacional, que exige contencioso para a transação.

Ademais, no tocante à ampliação do prazo para cobrança amigável, que está sendo alterado de 30 dias para 180 dias, é notória a prejudicialidade na arrecadação dos créditos, o que vai contra a determinação do Tribunal de Contas da União, onde os créditos têm que ser inscritos em um prazo razoável, ou seja, essa ampliação degrada a recuperabilidade do crédito.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2024.

  
Deputado **LAFAYETTE DE ANDRADA**  
Vice-líder do Republicanos





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Lafayette de Andrada)**

Institui programas de conformidade tributária e aduaneira no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e dispõe sobre o devedor contumaz e as condições para fruição de benefícios fiscais.

Assinaram eletronicamente o documento CD249937987700, nesta ordem:

- 1 Dep. Lafayette de Andrada (REPUBLIC/MG)
- 2 Dep. Hugo Motta (REPUBLIC/PB) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE \*-(P\_125296)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

Apresentação: 20/03/2024 19:35:16.387 - PLEN  
EMP 21 => PL 15/2024

**EMP n.21**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249937987700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada e outros